

A escola sob a ótica do capital: um enfoque marxista

Lidiane Batista Vilela

RESUMO

O presente artigo objetiva através de uma análise do sistema capitalista vigente investigar a responsabilidade pela desigualdade social que interfere na aprendizagem dos discentes e, conseqüentemente nos determinantes da mobilidade social no Brasil, traçando um sucinto quadro sobre o desempenho escolar brasileiro, no sentido de desvantagens socioeconômicas e culturais responsáveis pela falta de oportunidade do indivíduo de uma classe inferior àquele que vem de família de classe social dominante. Uma vez que a educação escolar possui a função de disseminar o conhecimento necessário à vida social, sob a ótica do capital a própria escola divide em classes sociais os indivíduos de forma discriminatória. Pois não são todos que têm acesso ao conhecimento de forma eficaz e/ou têm consciência da sua importância, consequência da desigualdade social refletida na escola. Neste contexto, o atual trabalho retrata a forma como o sistema educacional vem historicamente atendendo aos interesses da hegemonia capitalista, organização social que aprofundou o contraste entre pobreza e riqueza através de uma sociedade de classes.

PALAVRAS-CHAVE: sistema capitalista. Sociedade de classes. Desigualdade social.

ABSTRACT

This article aims through an analysis of the current capitalist system to investigate the responsibility for social inequality that interferes with the learning of students and hence the determinants of social mobility in Brazil, tracing a summary table on the Brazilian school performance, to socioeconomic and cultural disadvantages responsible for missing the opportunity of an individual prior to that which comes from the family of dominant social class. Since education has the function of disseminating knowledge necessary to social life from the perspective of capital the school itself divided into social classes individuals in a discriminatory manner. Because not everyone has access to the knowledge effectively and / or are aware of its importance, consequence of social inequality reflected in school. In this context, the current work shows how the educational system has historically serving the interests of capitalist hegemony, social organization that deepened the contrast between poverty and wealth through a class society.

KEY-WORDS: capitalist system. Class society. Social inequality.

1 Introdução

Buscando analisar o conjunto das complexas relações sociais na sociedade capitalista, o presente artigo tenta compreender qual é o papel da educação na sociedade atual, qual sua função, e como esta se torna um instrumento a serviço das classes dominantes para perpetuação deste modelo que vigora historicamente.

Neste contexto, é objetivo deste artigo, analisar se a educação tem o poder de reduzir as desigualdades, visto que as diferenças sociais vividas são produzidas também no complexo educacional. Sendo importante avaliar se a educação sozinha é capaz de resolver os problemas da humanidade que foram gerados pelo tipo de organização social que aprofundou o contraste entre pobreza e riqueza. Assim, propõem-se investigar quais são os determinantes de mobilidade social no Brasil, uma vez que as condições sociais podem interferir na chance do indivíduo continuar os estudos e chegar ao ensino superior conseguindo a ascensão profissional e consequentemente a tão almejada mobilidade social vertical e positiva.

À vista disso, no primeiro momento, o presente artigo procura expor um breve histórico sobre o surgimento da educação formal e como esta, nos dias atuais, se volta ao sistema capitalista, o qual direciona a educação a atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação.

No momento seguinte será efetuado um sucinto quadro sobre o desempenho escolar brasileiro não somente como resultado das características individuais, mas também relacionando aspectos culturais, familiares e até mesmo moradia dos indivíduos.

No momento final, adentra-se brevemente na discussão com base em fundamentos que discutem a educação na ótica do capital enfocando os aspectos educacionais que influenciam a mobilidade social vertical e positiva do indivíduo. Investigando a influência da economia atual sobre a educação procurando compreender de fato, qual o papel da escola no século XXI, sabendo que ela está inserida diretamente em um paradigma capitalista.

Nesse sentido, o objetivo maior do presente trabalho é trazer alguns elementos teóricos que possam contribuir para o entendimento do fracasso escolar das camadas populares, levantando aspectos relacionados ao capitalismo que visam explicar o insucesso escolar a partir de alguns conceitos presentes nas obras de Karl Marx entre outros autores.

2 Breve histórico da educação formal

A educação formal existe desde os primórdios da existência humana, ela foi fundada como uma atividade que garantiria às gerações mais novas o aprendizado da

experiência acumulada pelos homens ao longo do tempo. No entanto é preciso considerar que a complexidade da educação varia de acordo com as necessidades de cada organização social em cada época histórica.

Considerando que a educação possui particularidades em cada momento histórico, sua função social permeia todo o desenvolvimento dos homens. Assim ratifica Libâneo (2006), procedendo à análise histórica do contexto social onde se dá o processo educativo e os condicionantes sociais que incidem sobre o indivíduo concreto tornando-o ser social, a invenção da escola na sociedade não é mera casualidade, mas resultado de necessidades e exigências sociais, que lhe dão o caráter inelutável de historicidade, e, por conseguinte, de transitoriedade de cada modalidade e ação formativa existente (p. 135).

Nas sociedades primitivas, por exemplo, não havia divisões de classes sociais, pois não eram desenvolvidas forças produtivas, ou seja, não havia produção de excedentes. Nelas, a educação possibilitava aos homens em sua coletividade o acesso ao saber acumulado socialmente, pois não havia restrições sociais que impedissem os membros das comunidades de conhecer o que produzia sócio-historicamente, embora ainda de forma muito rudimentar.

Com a produção de excedentes ao longo do tempo, os homens se dividiram na sociedade, quando uma classe passou a viver do trabalho de outra, além de apropriar-se privadamente da terra e dos meios de produção, dividindo-se assim, em classes sociais. No entanto, o saber também passou a ser dividido de acordo com o que cada classe desempenhava na organização social.

Com a entrada em cena da sociedade de classes, também a educação foi, por assim dizer, “sequestrada”, isto é, organizada, em seu conteúdo e em seus métodos, de modo a atender os interesses das classes dominantes. Mas, de novo, nas formas de sociabilidade anteriores à burguesia, a desigualdade social, aceita como natural, fazia com que a desigualdade na educação também fosse vista como algo inquestionável (TONET, 2007, p. 80).

Assim, a escola é tida historicamente como um espaço privilegiado de repasse do saber para os filhos da classe que domina, estes podem se dedicar a educação recebida, enquanto os filhos do proletariado têm que trabalhar para seu próprio sustento.

3 SUCINTO QUADRO SOBRE O DESEMPENHO ESCOLAR BRASILEIR

A escola colabora com a desigualdade na sociedade porque compartilha com o sistema capitalista, pois é a desigualdade social que mantém o sistema vigente, sem ela os homens seriam livres. As instituições escolares impõem os saberes de uma classe dominante, por mais que se busquem explicações para o fracasso, ela estará sempre reproduzindo aquilo que a sociedade dita.

Nessa perspectiva, a escola continua apresentando altos índices de repetência e evasão, confirmando o déficit no ensino/aprendizagem por motivos variados, porém todos ligados à condição sociocultural do sujeito.

O maior problema da educação no Brasil não é mais o acesso à educação. Nos últimos anos, colocamos mais de 95% das crianças entre 5 e 14 anos na escola. No entanto, os resultados dos estudantes nas avaliações internacionais e domésticas continuam ruins. No Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o Brasil continua com uma das piores avaliações, e no Saeb e na Prova Brasil os resultados de nossos alunos estão abaixo do conhecimento considerado essencial. Além disso, as metas propostas no Todos pela Educação se mostram consistentes com os desafios que temos de superar nos próximos 11 anos caso queiramos melhorar a educação de nossa população e atingir as metas propostas para 2022. Nessa linha, a melhora da qualidade da educação no Brasil passa por duas linhas básicas: melhora na gestão escolar e dos incentivos e melhora no ambiente doméstico (GIAMBIAGI; PORTO, 2011, p. 199).

Se observado o quanto o governo apenas valoriza a alfabetização para tirar o analfabetismo das estatísticas, refletir-se-á o descaso e a conseqüente quantidade de alunos que evadem das escolas, que não se expressam bem, entre outras tantas características que impedem a manifestação das competências educacionais que estes possuem para enfrentar a vida como cidadãos aptos ao mercado de trabalho altamente exigente. Santos (2007) ratifica, no caso específico do Brasil, os dados estatísticos sobre a educação escolar insistentemente indicam que a instituição escolar tem fracassado no que diz respeito à sua tarefa histórica de promover conhecimento, reduzir ou, pelo menos, minimizar o distanciamento entre os que têm e os que nada têm e entre os que podem e os que nada podem (p. 17).

Quanto ao ambiente doméstico o mesmo deve ser favorável ao desenvolvimento educacional do indivíduo, ou seja, a participação da família na construção do interesse pela aprendizagem é de grande importância, pois a família e a escola têm a

responsabilidade de preparar os indivíduos para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. No entanto, é preciso considerar que há famílias que não possuem estrutura sociocultural e nem disponibilidade de tempo em razão de assegurar a sua subsistência através de muito trabalho, dessa forma a escola precisa lidar com as adversidades e as diversidades familiares.

No que concerne à qualidade no ensino, o Brasil ocupa a 52ª posição entre 57 países. Para confirmar tal afirmação é suficiente observar os exames para aferição de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Prova Brasil que avalia a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre outros que têm as competências e conhecimentos linguísticos esperados para cada etapa nos descritores das Matrizes de Referência de Língua Portuguesa, por exemplo, para avaliar a capacidade do educando de dominar a L1¹ e avaliar sua visão global. São avaliações realizadas para diagnóstico da situação do ensino/aprendizagem no país, aprendizagem exigida, que fica aquém do conhecimento adquirido pelos alunos da rede pública.

O que deixa claro que a escola continua atendendo aos interesses do capital como historicamente o fez, contrariando o que é repassado à população de forma explícita, por exemplo, encontra-se na Constituição Federal de 1988, no Art. 205: A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, p.134). Quando se sabe que, no contexto da sociedade de classes, enquanto os filhos da classe dominante se preparam para serem os futuros dirigentes da sociedade, os filhos dos trabalhadores têm apenas acesso ao conhecimento básico necessário à produção, habilitando-se profissionalmente para a execução de tarefas laborativas.

Assim, Adam Smith citado na obra “Textos sobre educação e ensino (2006)”, ratifica, quando comenta que, um homem que despense toda sua vida na execução de

¹ Língua materna, língua nativa, a primeira língua que uma criança aprende.

operações simples não tem oportunidade de exercitar sua inteligência, tornando-se estúpido e ignorante, pois a habilidade de seu ofício é adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Ainda nesta perspectiva, Vygotsky (1982) acrescenta, “o meio social é determinante do desenvolvimento humano”. Desta forma, este trabalhador, não conseguirá desenvolver-se socialmente.

4 A educação como determinante de mobilidade social

A mobilidade social no Brasil tem crescido nas últimas décadas segundo dados do IBGE. No entanto, essa mobilidade social, não tem o mesmo sentido de igualdade social. O problema é que o capitalismo influencia de forma significativa a escada social no país, pois a grande maioria dos brasileiros sobe pouco, enquanto uma pequena porcentagem ascende na sociedade.

O mercado de trabalho atual exige trabalhadores qualificados, o que demanda uma educação especializada com mais qualidade. No entanto, a falta de qualificação dos trabalhadores funciona como um freio para a mobilidade social, pois indivíduos pouco qualificados estão desempregados ou não conseguem empregos que permitam alcançar uma classe social elevada. Desta visão comunga Mercado et al. (2007):

A concorrência por um posto de trabalho é cada vez mais acirrada e vários indivíduos não conseguem uma estrutura financeira, que garanta se quer suas necessidades básicas, contribuindo para o aumento cada vez maior da camada social dos excluídos, por não serem considerados “qualificados” (p. 28).

Percebe-se assim, que o investimento na educação e o consequente enriquecimento educacional da população é um fator essencial para fomentar a mobilidade social e diminuir a desigualdade vivenciada atualmente. A humanidade anseia por condições de sobrevivência que lhe garantam melhores condições de vida. Neste contexto, a sociedade regida pelo capital subjuga os domínios desse sistema nas atividades humanas e, com elas, as mais diferentes necessidades e possibilidades de autotransformação.

Para Libâneo (2006), “a prática social implica a atividade humana de transformação da natureza e da sociedade, assumindo características determinadas conforme o modo de produção da existência humana vigente em determinada etapa histórica” (p.135). Observando essa realidade, constata-se a necessidade de ampliação do número de indivíduos que, consiga mobilidade social positiva através dos estudos. Por

exemplo, são poucos os sujeitos que cursam educação superior no país, o que dificulta a ascensão profissional desses indivíduos.

Segundo Magda soares (2000), a escola que é tida como democrática está cada vez mais distante de satisfazer e atender a todos de maneira igual, o que acentua ainda mais as desigualdades sociais. Pois, vem ocorrendo uma progressiva democratização do acesso à escola, não tem igualmente ocorrido à democratização da escola, pois a mesma tem se mostrado incompetente para a educação das camadas populares. Em comunhão a essa questão Libâneo (2006) argumenta que a educação, enquanto uma das formas de manifestação da prática social global é instância de disputa entre as classes sociais fundamentais: numa serve como meio de acomodação (ajustamento) à ordem social estabelecida; noutra, como meio de superação de relações opressivas, atuando na mobilização dos sujeitos históricos para uma ação conjunta pela emancipação humana.

Uma vez alcançada à elevação da escolaridade média dos brasileiros, possivelmente haverá uma elevação da renda da família, levando em consideração que a aprendizagem influencia a subjetividade do sujeito e conseqüentemente a sociabilidade do mesmo, minimizando a desigualdade social no Brasil que gera preconceito e discriminação capazes de tornar indivíduos vulneráveis às mazelas humanas. Weber (1971) ratifica essa questão, ao afirmar que a educação é fator de seleção e de estratificação social, à medida que eleva o status do indivíduo.

O sujeito ao investir na educação torna-se mais competente para concorrer no mercado de trabalho e sua escolarização pode garantir uma posição melhor e, conseqüentemente, sua mobilidade social vertical e positiva. Para Schultz (1971), ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar (p.33).

Nessa perspectiva, Ivana Jinkings na apresentação do livro “A educação para além do capital”, a mesma comenta que, Mészáros (2005) defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função

transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age, e usa a palavra como arma para transformar o mundo (p.12).

5 A escola sozinha não tem o poder de modificar a sociedade

Embora a escola represente uma instância salvadora à sociedade, a mesma ainda reproduz o discurso das elites dominantes, simbolizadas pelo ideal social cristalizado pela reprodução das desigualdades no seu interior.

Desta forma, a escola sozinha, não pode cumprir a tarefa de melhorar a sociedade, ela não existe isolada do contexto social, o poder público deve elaborar políticas educacionais claras com objetivos definidos e a sociedade civil deve acompanhar fiscalizando as medidas implementadas, exigindo o cumprimento dos dispositivos legais para um ensino de qualidade voltado a todo cidadão.

Em comunhão a essa questão Soares (2000) ratifica, não é a escola, instituição a serviço das classes dominantes, o campo em que se deve travar a luta contra o fracasso das camadas populares. Só a eliminação das discriminações e das desigualdades sociais poderia garantir igualdade de condições e rendimento na escola. A solução estaria em transformações na estrutura social como um todo, transformações apenas na escola não passam de mistificação (p. 64).

A inserção do indivíduo na sociedade como cidadão não se reduz à reprodução de escolas, a mesma não é um meio isolado dos conflitos sociais externos a ela, é necessário integrar a escola a questões sociais através de medidas interdisciplinares e, assim, trabalhar esses sujeitos e a sociedade conjuntamente. Mészáros (2005) ratifica essa questão ao argumentar que:

O simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais que praticam e agravam o *apartheid* social, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil (p.12).

Com políticas públicas voltadas a garantia de uma educação de qualidade a todos, sobretudo aos sujeitos das camadas populares, melhores salários para os profissionais da

educação, formação continuada e de qualidade para os docentes, gestão educacional visando a real erradicação do analfabetismo, da evasão e da repetência, seria uma forma verdadeira de democratização da escola pública. Que, para Libâneo (2006) deve ser entendida como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo assim, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas e à sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade.

À medida que o sujeito desenvolve o gosto pela aprendizagem formal, automaticamente o mesmo aprimora suas competências, e tão logo se adéqua ao mercado de trabalho driblando as contradições da sociedade que refletem de forma direta no sistema educacional. O supracitado autor (2006) acrescenta: democratizar o ensino é ajudar os alunos a dominar a comunicação de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominar o saber escolar; é ajudá-los na formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade, proporcionando-lhes o saber-fazer crítico como pré-condição para sua participação em outras instâncias da vida social, para a melhoria de suas condições de vida (p.12). No entanto é explícito o descaso que o governo faz em relação à educação pública.

6 A escola como instituição a serviço da sociedade capitalista, sob a ótica de Karl Marx

No século XVIII Karl Marx já idealizava uma sociedade equilibrada e por consequência igualitária, pois o revolucionário socialista alemão criticava profundamente o tipo de economia que vigorava e o mesmo já previa que o capitalismo somente seria superado com a emancipação dos trabalhadores através da educação. O economista percebia e não concordava com o sistema educacional voltado à sociedade do capitalismo.

Embora Karl Marx não tenha deixado escrito específico sobre educação, o mesmo referenciava em suas obras a importância da instrução como instrumento de transformação e libertação do trabalhador. No entanto, o mesmo criticava a escola vendo-a como instrumento de dominação ideológica da burguesia. Para ele, a educação deveria ser destinada a todos sem distinção de classes, dessa forma, a alienação e a desumanização seriam combatidas pela educação como função social.

Para Marx e Engels (2006), a desigualdade social é produzida na relação de dominação e exploração socioeconômica e política. O que é refletido na escola, pois a educação na sociedade está articulada indiretamente aos interesses capitalistas, a mesma é um espaço de luta pela hegemonia que possibilita e oferece à classe dominante mecanismos para se perpetuar. Paulo Freire (1968) comunga essa questão em seu livro “Pedagogia do Oprimido” criticando a educação capitalista, chamando-a de educação opressora.

Na perspectiva marxista a educação acaba beneficiando aquele que detém o capital à medida que dispõem das vantagens de subordinação daquele que é o fator de produção, o qual contribui no rendimento do sistema econômico vigente. Neste pensamento, Marx e Engels (2006) argumentam que a habilidade do trabalhador em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Em toda sociedade desenvolvida e civilizada, esta é a condição a que ficam necessariamente reduzidos os pobres que trabalham (p.31).

O Brasil herdou do seu histórico processo de colonização, uma estrutura social e econômica de subordinação e domínio, onde os indivíduos são inseridos em uma camada social, de acordo com as relações de poder presentes na sociedade capitalista (MERCADO, et al., 2007). Dessa forma, aqueles a que foge a essa realidade, que não têm acesso à educação formal eficaz, não poderão reivindicar e muito menos interagir com a troca de conhecimento na sociedade.

Percebe-se que, a deficiência na escolaridade da população brasileira, assim como em outros países, beneficia além do governo como um todo, industriários, empresários, etc. significando que no sistema capitalista não se permite que cada cidadão possa estudar de forma igualitária para trabalhar em variadas atividades com prazer e conhecimento no que faz, sem diferença salarial. Fazendo analogia a essa questão, Saviani (2008) comenta a vontade do governo em dominar à massa trabalhadora:

A contradição entre o homem e o trabalho contrapõe o homem, enquanto indivíduo genérico, ao trabalhador. Nesse contexto, o trabalho, que constitui a atividade especificamente humana através da qual o homem se produz a si mesmo, se converte para o trabalhador, de afirmação da essência humana, em negação de sua humanidade. O trabalho, fonte criadora da existência humana, elemento de humanização da natureza que liberta a humanidade do jugo natural, se

constitui, na sociedade burguesa, em elemento de degradação e escravização do trabalhador (p.192).

A lacuna na escolaridade formal e, conseqüentemente, o grande índice de desemprego acontece como consequência da ausência de políticas públicas capazes de incentivar melhorias na educação através do sistema educacional, negando ao aprendiz o poder que ele tem nas mãos. Libâneo (2006) corrobora, não está nos planos dos governos à elevação da qualidade da escola, porque não interessa à classe dominante a formação cultural verdadeira que libertaria os indivíduos e possibilitaria a tomada de consciência dos mecanismos de dominação capitalista (p. 80).

Nesse sentido, é contraditório o propósito do Ministério da Educação (MEC) ao consolidar os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) apontando metas de qualidade para ajudar o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres. Pois, a realidade vivida nas escolas públicas, afasta o aluno dessa qualidade supostamente direcionada a todos.

Essa contradição vivenciada na escola é também percebida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2013, p.9).

Levando em consideração o papel desempenhado pela família na educação do indivíduo, este historicamente é impulsionado primeiramente pela estrutura socioeconômica e cultural da mesma. Desse pensamento comunga Nogueira; Nogueira (2002) ao afirmar que o desempenho escolar não depende simplesmente dos dons individuais, mas da origem social dos alunos, de suas classes sociais, étnicas, sexo, local de moradia, entre outras características.

A teoria do governo repassada a sociedade está em comunhão à visão de Tonet (2007), quando afirma que, a natureza e a função social da educação tem num sentido extremamente amplo, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero

humano (p. 80). Assim se faz no plano do discurso capitalista, a educação como propulsora da igualdade, garantindo saber a todas as classes, com o intuito de disseminar a ideologia de que ela garante a todos os cidadãos condições sociais melhores, dentre elas, a promessa de emprego e salário digno.

Desse pensamento comunga Magda Soares (2000), as expressões “igualdade de oportunidades educacionais” e “educação como direito de todos” no Brasil, tornam-se lugares-comuns, num repetido discurso em favor da democratização do ensino. Que, ao longo do tempo, toma uma direção quantitativa, em defesa da ampliação de ofertas educacionais. Entretanto, como já dizia Marx (1866), a camada popular somente será salva dos efeitos esmagadores do presente sistema, quando houver conversão da *razão social* em *força social* e, em dadas circunstâncias, não existir outro método de fazê-lo senão através de *leis gerais* impostas pelo poder do Estado.

A supracitada autora (2000) ainda acrescenta: a escola pública não é como erroneamente se pensa uma doação do estado ao povo, ela é uma progressiva e lenta conquista das camadas populares, em sua luta pela democratização do saber, e nessa luta o povo ainda não é vencedor (p. 09).

No entanto, enquanto a melhoria da educação for vista como uma ameaça ao governo, não haverá ações efetivas no país contribuindo para uma educação voltada a equidade social, grande parte da população brasileira continuará à margem da sociedade, como está nos planos do governo.

6.1 A escola na sociedade como empresa financeira

Por causa das desigualdades vivenciadas indiretamente na escola, estratégia do capitalismo, o sistema educacional originalmente elitista e autoritário não garante às camadas populares melhores empregos e salários, a possível ascensão social por meio da formação escolar dificilmente é conseguida em razão de uma ordem injusta e excludente, consolidando os ideais conservadores, onde o papel do estado é minimizado na atuação das políticas sociais.

Para reverter essa posição atual da educação, a escola precisaria ter referencial público, ser vista e tida como lugar de instrução, ser institucionalmente articulada para a população e ser conduzida por profissionais realmente comprometidos com os destinos

da nação brasileira. No entanto, a escola é vista como empresa, o estudante é compreendido como cliente e os profissionais da educação são comparados a quaisquer outros trabalhadores da iniciativa privada.

Infelizmente entende-se na atualidade que se o aluno está pagando, ele tem direito. Essa problemática se consolida na desfocalização da educação como bem da sociedade.

Professores e alunos, no interior da ordem capitalista, são considerados em termos daquilo que podem produzir, e, portanto, as produções consideradas como valiosas são aquelas que podem ser avaliadas com facilidade. Muitos alunos sofrem as pressões das notas, pontos, exames, qualificações. O processo envolvido na atribuição de notas e avaliação influencia também os professores, afetando suas relações, a maneira pela qual lecionam e o próprio currículo. Os professores podem ser considerados ao mesmo tempo como trabalhadores e como mercadorias em produção. Dentro da escola, o aluno tem também um potencial de trabalho. Ao trocar o produto de seu trabalho por objetos na forma de pontos, notas, ou diplomas e certificados, podemos compará-los aos salários, ou recompensa (SILVA, 2005, p.106).

Na sociedade, quando os direitos estão no ato de pagar, levam ao individualismo e a não valorização do sujeito, enquanto os direitos ao cidadão implicam o reconhecimento do bem público, devendo objetivar uma verdadeira socialização do cidadão como meio de libertação. Assim acrescenta Durkheim (2009), a educação tem por finalidade fazer do indivíduo um ser verdadeiramente humano. Porém, como no sistema econômico a educação desenvolve uma função capitalista onde ganha àquele que exerce mais poder, que se apresenta munido de conhecimento erudito e de acordo com os padrões das classes privilegiadas.

Marx (1985 apud MERCADO, et al., 2007) ratifica: o conhecimento do aluno, também é determinado pelo valor de troca do sistema capitalista, quanto qualquer outra mercadoria. Neste sentido é mais poderoso aquele que detém mais conhecimento e mais informação (p.28). Assim o supracitado autor, junto a Engels no livro “Crítica da educação e do ensino (1978)” reafirma essa questão a se referir à escola pública, a um treino para uma prisão assalariada, enfatizando que o modelo adotado tem como consequência, a separação entre o trabalho intelectual, destinado à burguesia e o trabalho braçal, destinado às classes proletárias.

Enquanto que a escola poderia contribuir, não reproduzindo o sistema que vigora fora dela, mas sim, buscando o novo. Porém isso só acontecerá com a vontade do próprio governo. No entanto, isso não é possível no modelo de sociedade que historicamente

vigora, pois uma escola de qualidade e acessível a todos, não contribuiria com o sistema vigente.

7 Considerações finais

À luz dos autores aqui pesquisados, foi possível compreender que embora as adversidades, a escola ainda tem como papel fundamental a conscientização do indivíduo para o exercício de sua cidadania e o seu crescimento como ser social, levando o leitor a refletir sobre as possibilidades do estudante de classe baixa desenvolver-se socialmente a partir do ensino formal, pois este, ainda é a vítima maior do sistema capitalista.

São muitos os indivíduos que não conseguem enxergar a educação como meio de superação da condição de inferioridade que se encontram e, tendem a não ser autocríticos na busca de seu desenvolvimento e inserção social. O que permite o comando do sistema que parece incorrigível. É neste sentido, que a escola necessita de políticas públicas alternativas que contemplem verdadeiramente as necessidades e expectativas da classe trabalhadora e, conseqüentemente desfavorecida.

A educação precisa ser vista como um elemento fundamental ao processo natural do desenvolvimento humano, no entanto, ao trabalhador é negado esse componente, uma vez que seu ofício simples na exigência intelectual e pesado no campo físico, o impede de se melhorar como ser social.

Assim, é possível compreender que a educação auxilia no sentido de propiciar a capacidade e a competência dos indivíduos ao mercado de trabalho e através desse processo assume uma grande parcela de contribuição para a solução individual e/ou familiar do ser humano, pois é através da educação que o sujeito pode alcançar sua ascensão social, na medida em que a educação transmite valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos etc. estando este a salvo das desvantagens do sistema capitalista. No entanto, essa transmissão historicamente vem sendo feita de acordo com os interesses da classe dominante.

Na perspectiva marxista para reverter à situação educacional atual são necessárias ações administrativas que reflitam na melhoria da qualidade da educação em todas as suas etapas, fazendo vigorar as leis educacionais no país. O que é essencial para o desenvolvimento do sujeito, atuação consciente dos jovens na cidadania e educação

política dos mesmos que crescem alheios as questões sociais de seu país e até mesmo de seu loco, estratégia do sistema capitalista. À medida que a educação ajuda a desenvolver o indivíduo, a mesma leva este a atuar contra a sociedade contemporânea que oculta e estigmatiza² as camadas populares.

Neste sentido, enquanto não houver ações efetivas dos governantes no sentido de diminuir consideravelmente as desigualdades na sociedade e, conseqüentemente no sistema educacional, a escola continuará selecionando a burguesia para alcançar a posição de destaque na sociedade.

Referências bibliográficas

- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- Brasil. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **LDB**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 8 ed. Brasília: Edições Câmara, 2013.
- DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. Lisboa: edições 70, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GIAMBIAGI, Fabio; PORTO, Claudio. (orgs.) **2022**: Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MARX, Karl. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório**: As diferentes questões. Edições Avante: 1866. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- _____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes Editores, 1978.
- _____. **Textos sobre educação**. Trad.: Rubens Eduardo Frias. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- MERCADO, L. P. Leopoldo; *et. al.* As tecnologias da informação e comunicação na educação: da resistência à efetiva contribuição na prática pedagógica. *In*: DAMASCENO, Ana Maria; *et al.* (orgs.). **Formando o professor pesquisador de ensino médio**. Maceió: EDUFAL, 2007.

² Marca negativamente; condena moralmente atribuindo características ou atitudes ruins, degradantes.

- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Revista Educação e Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.
- SANTOS, Vivaldo Paulo dos. **Interdisciplinaridade na sala de aula**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: Trajetória, limites e perspectivas**. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SILVA, João Carlos. **Educação e alienação em Marx: contribuições teórico-metodológicas para pensar a história da educação**. Revista HISTEDBR On-line. n.19. 10 p. ISSN: 1676-2584, 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis19/art07_19.pdf. Acesso em: 17 mai. 2014.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: Uma perspectiva social**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas: problemas de psicologia geral**. Madrid: Gráficas Rogar, 1982.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.